



O Centauro e a Pena

BARBOSA LESSA
E A INVENÇÃO
DAS TRADIÇÕES
GAÚCHAS

Jocelito Zalla

**UFRGS**
EDITORA



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro Roberto Crespo Merlo

Augusto Jaeger Jr.

Carlos Pérez Bergmann

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Marcia Ivana Lima e Silva

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Tânia Denise Miskinis Salgado

Temístocles Cezar

Alex Niche Teixeira, presidente

O Centauro e a Pena

BARBOSA LESSA
E A INVENÇÃO
DAS TRADIÇÕES
GAÚCHAS

Jocelito Zalla


UFRGS
EDITORA

© de Jocelito Zalla

1ª edição: 2018

Direitos reservados desta edição:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto

Revisão: Lucas de Andrade

Editoração eletrônica: Cláudio Marzo da Silva

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1.º de janeiro de 2009.

Jocelito Zalla é professor do Departamento de Humanidades do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), licenciado, bacharel e mestre em História pela UFRGS, e doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É um dos organizadores do livro *Sobre as poéticas do dizer: pesquisas e reflexões em oralidade*.

Z22c Zalla, Jocelito

O centauro e a pena: Barbosa Lessa e a invenção das tradições gaúchas / Jocelito Zalla . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

348 p. ; 16x23 cm

Inclui referências.

1. História – Rio Grande do Sul. 2. Literatura. 3. Antropologia. 4. Folclore. 5. Cultura popular. 6. Identidade regional – Rio Grande do Sul. 7. Gaúcho – Identidade. 8. Memória cultural. 9. Barbosa Lessa – Tradições gaúchas. I. Título.

CDU 981.65

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.

(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0441-9

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO: O MONARCA DAS COXILHAS CONQUISTA A URBE	15
1. A POÉTICA DA TRADIÇÃO E OUTRAS NOTAS TEÓRICAS	27
1.1 A realidade da representação: da ideia ao conceito	29
1.2 A poética da tradição: o processo e o produto entre a cultura oral e a escrita	38
1.3 Projeto ou ilusão? Biografia, trajetória e construção de si	47
2. A NOVA FACE DO CENTAURO: TRADIÇÃO, MODERNIDADE E A ATUALIZAÇÃO DO REGIONAL	59
2.1 “E assim quedaram os centauros...”: a modernidade inventa a tradição	62
2.2 O passado redivivo: o surgimento do movimento tradicionalista gaúcho	71
2.3 Os primeiros traços do escritor: Barbosa Lessa reencontra o monarca	77
2.4 A mudança continua: “todos somos gaúchos!”	86

3. A POLÍTICA DO MITO: O HOMEM DO CAMPO E O “SENTIDO” DO PROJETO TRADICIONALISTA DE BARBOSA LESSA	97
3.1 Paragens distantes, ideias inquietantes: o tradicionalismo e a fixação do campeiro no meio rural	98
3.2 Uma doutrina para a tradição: “apropriação” e romantismo político na tese de Barbosa Lessa	104
3.3 O erudito contador: os contos gauchescos e a ampliação do mito..	116
3.4 Mulheres e homens de papel: a invenção literária da “prenda” e o último suspiro do andarengo..	132
4. DO MITO AO RITO: FOLCLORE, TRADIÇÃO E PERFORMANCE.....	143
4.1 Da “Grande Revolução” ao folclore regional: o “militar” e o “campesino” na simbologia tradicionalista	148
4.2 Do “fato folclórico” ao “folclore de fato”: teoria e empiria na poética híbrida da “dança tradicional”	172
4.3 Dos papéis aos salões: a atualização performativa do caráter regional e a dinâmica coreográfica de gênero	192
5. PEDAÇO(S) DE PÁTRIA: A DIVERSIFICAÇÃO DA “REGIÃO” E A ATUALIZAÇÃO DO GAÚCHO MÍTICO COMO POLÍTICAS PÚBLICAS	209
5.1 Os “doze Rio Grandes” do secretário Lessa: o contexto federal na área de cultura e o projeto da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo (SCDT)	212
5.2 A região conciliada(?): a dilatação oficial da memória regional	233
5.3 Do “popular” ao gauchesco: “Fierros” domesticados nas ações do Estado.....	251

6. DOIS LADOS DA MESMA MOEDA? A CONSTRUÇÃO DA “REGIÃO” MEDIANTE OS DISCURSOS HISTORIOGRÁFICO E MEMORIALISTA	263
6.1 A conquista do “País da Solidão”: a reinvenção historiográfica do Rio Grande do Sul luso e brasileiro	266
6.2 A estância de ponta-cabeça: o discurso da memória na batalha dos sentidos	284
“PORTEIRA ABERTA”: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	307
REFERÊNCIAS	323
ANEXO.....	345

Os debates sobre a chamada “identidade gaúcha” frequentam com assiduidade, direta ou indiretamente, o espaço público de nosso Estado, em especial a mídia, mas também as conversas cotidianas, as discussões políticas e as salas de aula. Os mais fundamentalistas continuam afirmando que tal identidade faz parte da essência da nossa gente, algo atávico àqueles que nasceram neste espaço geográfico, seiva que nutre, através das gerações, as raízes dos sul-rio-grandenses, conectando e fundindo passado e presente (e, por vezes, o futuro) num tempo cósmico avesso à história e às cronologias. Curiosamente, grupos sociais que nunca foram representados nessa identidade também buscam integrar-se a ela, como certos setores do movimento negro que procuram valorizar a participação dos afrodescendentes na “Batalha dos Porongos”, conflito que ocorreu durante a Revolução Farroupilha, um dos mais importantes monumentos dessa identidade regional. Tal desejo de integração o só reforça o poder e a permanência de tal configuração identitária.

De outro lado, os estudiosos acadêmicos dessa identidade, ligados às mais variadas disciplinas (em especial a Antropologia, a História e a Literatura), não se cansam de atacá-la (sem, é verdade, muito sucesso junto ao grande público), por seu caráter ideológico e “construído”, pelo seu papel de preservar representações elitistas, misóginas, racistas e homofóbicas referentes ao Rio Grande do Sul. Procuram, assim, por meio de diferentes referenciais teóricos e metodológicos, “desmistificá-la”, fazendo aparecer os interesses aos quais ela estaria ligada.

Desse debate, afloram acusações e ressentimentos mútuos. Porém, para boa parte da população do Estado sulino, o Rio Grande segue sendo “o meu país”, e o hino rio-grandense continua a ser cantado em variadas ocasiões, de formaturas a jogos de futebol, com muito mais emoção do que o hino nacional. A “aurora precursora” parece vencer, sem muito esforço, o “brado retumbante” do Ipiranga.

Dada a atualidade da discussão, é em muito boa hora que vem a público, na forma de livro, o texto do historiador Jocelito Zalla, que se debruça sobre um dos mais importantes artífices da “identidade gaúcha”: o intelectual Barbosa Lessa. Dessa forma, um número maior de leitores poderá tomar contato com a análise refinada de Zalla, originalmente uma pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), a qual tive o prazer de orientar.

Neste trabalho, o autor não faz a opção fácil por um dos polos do referido debate: “tradição autêntica” vs. “tradição inventada” ou “identidade” vs. “ideologia”, mas procura, por meio de uma exaustiva revisão bibliográfica, mostrar como tais polaridades se constituíram e quais as debilidades de cada “lado”, inclusive daquele reivindicado pela academia.

A seguir, investe na configuração de um sofisticado arsenal teórico-metodológico para dar conta de seu objeto de estudo, polindo e articulando conceitos e noções relacionadas a diversos campos de conhecimento, sobretudo a História e a Literatura. Aliás, nisso reside um dos grandes méritos da análise de Zalla: a efetivação de uma interpretação verdadeiramente interdisciplinar. Digo isso porque, embora a palavra interdisciplinaridade esteja há muito tempo na moda, poucos são aqueles que vão além de um uso superficial de conceitos de determinado campo de conhecimento em outro. Zalla opta pelo caminho mais difícil, mas certamente mais compensador, de mergulhar nos estudos históricos e literários, mas sem descurar dos ensinamentos da Antropologia, para compreender as ações e o pensamento de Lessa ao longo de sua trajetória de vida. Dessa forma, cria os alicerces para a construção de uma biografia intelectual do nosso “centauro”, capaz de iluminar a complexidade de suas escolhas e

projetos, evidenciando também as ambiguidades, indecisões e tensões inerentes a qualquer existência.

Zalla mostra como Lessa participou da construção da “identidade gaúcha”, relendo tradições literárias anteriores (a regionalista e a romântica) em um contexto marcado pela urbanização e globalização cultural, próprio do pós-guerra. Em seguida, evidencia como tal construção esteve na base de um projeto político voltado à reivindicação do apoio governamental aos grupos camponeses, o que requereu a incorporação no mito dos “subalternos”. Na continuidade, trata da materialização do mito nos rituais do tradicionalismo. Com esse intuito, em uma análise brilhante, analisa a função performativa das danças gaúchas inventadas/codificadas por Lessa e Paixão Cortes. O trabalho aborda ainda a atuação de Lessa à frente da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Rio Grande do Sul entre 1979 e 1983; as representações sobre o Estado presentes em seu livro *Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo*; e as suas intervenções no debate identitário local da década de 1980, marcado pela emergência do nativismo musical e da crítica acadêmica ao tradicionalismo. Por fim, investiga a maneira como a trajetória de Lessa foi pontuada pela tensão entre consagração e estigmatização.

Jocelito Zalla não busca nem monumentalizar, nem desmitificar Barbosa Lessa. Ao contrário, como bom historiador, quer entendê-lo inserido nas determinações, tensões e ambiguidades de seu(s) tempo(s). Examinando minuciosamente seus escritos e outros documentos, apresenta-nos os percursos de um intelectual que formulou e reformulou, não sem conflitos, representações fundantes da “identidade gaúcha”, capazes de interpelar grupos e indivíduos variados, e sobreviver a sua morte.

Zalla, centauro-historiador, por meio de sua pena digital, oferece-nos nas páginas que seguem uma contribuição fundamental à história intelectual, aos estudos biográficos e à compreensão do processo de configuração da identidade – amada ou odiada, valorizada ou atacada – dos habitantes do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, abril de 2012.

Benito Schmidt

Professor do Departamento de História e do
Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

APRESENTAÇÃO

O estudo que ora chega a público é o trabalho vencedor, no ano de 2010, do Concurso Sílvia Romero de Monografias sobre Folclore e Cultura Popular, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – IPHAN/CNFCP. O texto é produto da pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS).

Ao longo do agora livro, acompanho a trajetória intelectual do folclorista, militante tradicionalista e escritor Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002), no intuito de identificar e analisar o debate público acerca da figura do gaúcho pampiano, no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XX, e a elaboração de projetos coletivos de identidade regional e de “invenção de tradições” nela baseados.

Se, em muitos momentos, o tom narrativo soa demasiado local, apelando ao imaginário dos leitores sul-rio-grandenses, tão acostumados a polêmicas e interpelações “gauchistas”, pretendi, ao menos no plano teórico, extrapolar as fronteiras sulinas e oferecer reflexões sobre questões gerais, como o binômio “cultura popular/cultura erudita”, o popular como objeto/constructo intelectual e os vínculos entre memória pública e identidade cultural. Como objeto fugidio, o gauchismo me levou também a incursões geográficas mais amplas, a partir das inflexões entre o movimento folclórico brasileiro e o movimento tradicionalista do Rio Grande do Sul, ou imersões em contextos de maior alcance, como as discussões sobre a salvaguarda estatal do popular/gauchesco.

Aos possíveis leitores de outros “pagos”, resta dizer ainda que tive a preocupação de explicitar, definir e explicar circunstâncias e expressões regionais, para tornar os caminhos percorridos nestas páginas menos pedregosos. Espero tê-lo feito a contento, propiciando um diálogo real e efetivo com o interlocutor.

INTRODUÇÃO: O MONARCA DAS COXILHAS CONQUISTA A URBE

Era para mim mais uma tarde de aula com sol e calor. Uma terça-feira em meados de março de 2008. As atividades do curso de mestrado haviam começado há pouco, e o ar de novidade e empolgação mesclava-se com dúvidas e incertezas. A disciplina de Literatura, Memória e Oralidade era então uma empreitada suspeita que estaria em vias de se tornar uma grata surpresa. Após alguns embates entre jovens críticos da literatura e alguns historiadores em formação, fui brindado com uma divertida história que ora relato. Trata-se de breve parábola sobre um choque cultural. A memória é falha, bem sabemos. Alguns equívocos podem ser cometidos, alguns ornamentos podem ser acrescentados, mas nos centremos em sua lição. Armava-me com minhas anotações de história-ciência para defender, mais uma vez, meu discurso com pretensões de verdade dos tão incômodos questionamentos dos analistas da ficção, quando a trilha do debate chegara a outro ponto de discórdia: “identidade”. O que se esconde sob tal vocábulo (vedete da teoria social contemporânea)? São vários os debates em torno do conceito e múltiplas as suas definições; o que, obviamente, se manifestaria na sala de aula. E como prova de que a abstração anda de mãos dadas com a experiência, não houve demora para que trouxéssemos à tona aqueles milhares de homens e mulheres que bradam orgulhosos o seu amor ao Rio Grande do Sul.

Eis que uma jovem morena de sotaque castelhano e olhar inquisidor puxa-me pelo braço e pergunta: “Mas por que vocês se fantasiam de gaúchos?”. Não pude disfarçar um leve riso e tentei,

sem muita reflexão, explicar-lhe que o correto seria dizer “pilchar-se”, ou seja, trajar uma “pilcha”, vestir a indumentária tradicional do Estado. Então ela contou-me que, pouco tempo após sua chegada de Porto Rico, fora levada por amigos porto-alegrenses para assistir ao desfile da Semana Farroupilha, em 20 de setembro de 2007. Contou ainda que ficou estarrecida com tudo o que via: cavalos no meio da urbe, autoridades políticas em trajes “campeiros”, milhares de cidadãos em êxtase comungando, dentro e fora da avenida, símbolos de uma suposta cultura rural. A mesma pergunta fora feita a um de seus amigos “nativos”. A resposta, sem deslizes: “Eles não estão fantasiados, eles *são* gaúchos!”. Compreendi, surpreso, que a minha fala não fora muito diferente daquela ouvida alguns meses atrás. Compreendi, também, que havia muito mais em comum entre mim, aprendiz de historiador do gauchismo com pretensões de analista frio e objetivo, e aquele rapaz que assistia atento às celebrações – ou ainda (e por que não?) entre mim e aqueles agentes do ritual gauchesco – do que poderia (e gostaria de) imaginar. Somos todos alvos de um mesmo discurso, ou melhor, de discursos sobre um mesmo ícone. Discursos que buscam também nos dizer quem somos, pelo simples fato de termos nascido no Rio Grande do Sul. Compartilhamos representações comuns sobre o gaúcho mítico dos panegíricos e sobre o gaúcho gentilico do dia a dia. Lemos nas janelas dos ônibus da capital Porto Alegre que, tendo cavalo encilhado e prenda do lado, o gaúcho é feliz.¹ Lemos no jornal um ex-governador dizer que a identidade gaúcha é a síntese das nossas diferenças e aquilo que unifica negros, índios, brancos, mulatos, homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, campo, cidade, capital e trabalho (Rigotto, 2008, p. 4). Vemos um senador da República, com reconhecida trajetória política de luta em prol dos direitos dos trabalhadores e de defesa dos movimentos sociais, sentir saudades dos

¹ O poema *Caminho do Crioulo*, de Michel Teixeira Pereira, foi um dos escolhidos para estampar as janelas dos ônibus de Porto Alegre e das linhas do Trensurb (trem cujo trajeto vai da capital à cidade de São Leopoldo) na 16.ª edição do Concurso Poemas no Ônibus e no Trem, referente ao ano de 2008. Seguem os versos na íntegra: “Nasce o guri / Vem o sonho: / Dia, noite / Pampas, cavalos / Encilhar é preciso / Minuano sopra / Perfume de prenda / Festa de galpão. / Crioulo criado, / Cavalo encilhado, / Prenda do lado, / Gaúcho Feliz...”

farrapos.² Assistimos na televisão, em meio a confrontos políticos e denúncias de corrupção, a nossa ex-governadora paulista trajar vestido de prenda e transferir as operações administrativas do Estado para a cidade de Guaíba, simbólico esteio farroupilha.³ Tudo isso, embalados por músicas que cantam o “céu azul”⁴ de nossa terra e nos dizem que “Deus é gaúcho de espora e mango”.⁵

Mas como chegamos até aqui? Há algumas décadas essa história parecia tomar outro rumo. Em 1952, Raymundo Faoro publicou um ensaio sobre o livro satírico *Antônio Chimango*, de Amaro Juvenal (pseudônimo do senador Ramiro Barcellos).⁶ A crítica ao Chimango mandão que tenta assumir a patronagem da Estância de São Pedro é, para Faoro, produto de uma ética do heroísmo gaúcho, forjada nas lutas de fronteira e na árdua vida campeira. Pois Chimango não é um caudilho, líder político “feudal” que comanda seu séquito de gaúchos. Ele é um letrado, “oposto do campeiro”, “[...] é o intrigante palaciano, fraco e manhoso” (Faoro, 1998, p. 44). Faoro, entretanto, admite na cultura letrada um importante componente da ordem no Rio Grande do Sul. Na cúpula da hierarquia política, o letrado tolhe os desmandos do poder caudilho. Sem ele, a Estância de São Pedro estaria sujeita à violência e às alianças dos potentados regionais: “Graças ao Antônio Chimango foi possível consolidar a obra dos portugueses: prosseguir na integração do gaúcho, indisciplinado e rebelde, aos padrões da cultura litorânea e cidadina” (Faoro, 1998, p. 45). Mas, assim também, ao nível mais fundamental da vida social e política sul-rio-grandense, o autor impõe uma dicotomia entre

² O senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, assim descreve o Estado: “Ah, como é gigante esse nosso Rio Grande velho de guerra, Rio Grande do povo, Rio Grande da diversidade, Rio Grande da terra, Rio Grande dos rios, Rio Grande dos caminhos, Rio Grande dos heróis, Rio Grande dos presidentes, Rio Grande dos trabalhadores, Rio Grande da história que tem gravada em seus registros o memorável feito da Revolução Farroupilha [1835-1845]” (Paim, 2008, p. 20).

³ A ex-governadora Yeda Crusius fez a transferência do governo no dia 19 de setembro de 2008, despachando em edifício histórico, na antiga casa do líder Gomes Jardim (de onde a tomada de Porto Alegre fora arquitetada em 1835).

⁴ Os versos de Elton Saldanha, na música *Eu sou do Sul*, dizem: “Eu sou do Sul, / é só olhar pra ver que eu sou do Sul / A minha terra tem o céu azul, / é só olhar e ver”.

⁵ Trecho da música *Querência amada*, composição de Victor Mateus Teixeira, vulgo Teixeirainha.

⁶ Trata-se de um ataque ao governo de Borges de Medeiros publicado no ano de 1915, no qual esse político fora retratado jocosamente como Antônio Chimango.

o campo e a cidade, entre o gaúcho, “afirmativo nas suas qualidades primárias” de campeiro, e o letrado, “representante da ordem civil”.

Encontramos esse tipo de representação social já na segunda metade do século XIX. Em um dos cânones da literatura gauchesca platina, *Martín Fierro*, de José Hernández, o “gaúcho” desertor do Exército foge das autoridades administrativas, “el jefe y el juez de paz”, para o campo, território livre da presença do Estado, da ordem civil e do letrado.⁷ Como foi possível, então, que, em poucas décadas, o campo adentrasse a cidade? Como o imaginário regional superou a oposição entre o gaúcho e o citadino? Como o letrado passou a usar bombachas, chapéu de aba larga e esporas para desfilar em praça pública? Como se tornou necessário, hoje em dia, que olhos distantes denunciem a naturalização de uma identidade fundada na fusão de ambos os elementos? A pretensão deste trabalho é narrar um pouco dessa história, contribuindo para iluminar tais questões.

Sete anos antes de o artigo de Faoro ser publicado, um jovem letrado, oriundo da cidade de Piratini, no sul do Estado, chegava a Porto Alegre para realizar seus estudos secundários no Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Hábil com as palavras, Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) foi contratado, no ano seguinte, para

⁷ *Martín Fierro* fora publicado em dois tomos: o primeiro, em 1872, o segundo, sete anos depois. O livro é considerado obra fundadora da nacionalidade argentina. Sobre a presença da obra no Brasil, Lígia Chiappini (2004) aponta que o desejo e o esforço da comunidade de Santana do Livramento em fixar a passagem de José Hernández em 1871 pela cidade em sua memória e na do Rio Grande do Sul é um indicador da importância assumida pela obra em nosso Estado, mas também marca a presença do Brasil em *Martín Fierro*, “[...] se considerarmos que todos esses desejos que geram textos, bustos, cartas e centros são manifestações de leituras do poema por brasileiros e que as leituras de uma obra passam a constituir essa mesma obra” (Chiappini, 2004, p. 68). Assim, a autora apresenta um breve resumo das instâncias de recepção do livro no Brasil: “Essa apropriação vai desde a memorização de estrofes inteiras por leitores-ouvintes até a crítica literária e a tradução ao português, passando pelas retomadas intertextuais dos ficcionistas e poetas rio-grandenses e chegando à construção de uma narrativa cheia de obstáculos e pequenas vitórias para assegurar o pertencimento do poeta e do livro mesmo, pelo menos em parte, ao Brasil” (Chiappini, 2004, p. 68). Masina (2002, p. 103) trata brevemente da circulação do primeiro tomo da obra no Rio Grande do Sul e nos países do Prata: “Assim, um livro modesto, o *Martín Fierro*, de José Hernández, era recitado de memória, tanto nas salas de estâncias quanto nos galpões brasileiros e platinos, onde a peonada se reunia para ouvir a leitura e *charlar* livremente, após a lida campeira. Segundo cronistas e historiadores, a edição da primeira parte do *Martín Fierro*, conhecida vulgarmente como *La Ida* (a segunda será *La Vuelta*), alcançou tiragens que ultrapassaram os 40 000 exemplares”.

fazer revisões de notícias da revista *Time* e reportagens esporádicas para os periódicos da Livraria do Globo. Entre textos diversos, vez por outra, o autor retratava as “coisas” do Rio Grande do Sul, sua história e suas figuras “típicas”, como o tropeiro. Em 5 de setembro de 1947, segundo a narrativa consolidada sobre as origens do movimento tradicionalista gaúcho, Barbosa Lessa acompanhava o traslado dos restos mortais do general farroupilha David Canabarro da cidade de Santana do Livramento para a capital, quando assistiu, extasiado, a um grupo de colegas do “Julinho”, vestidos com certas roupas oriundas do meio rural e portando utensílios da lida campeira, passar em desfile pelas ruas da capital. Dois dias depois, tal grupo tomaria uma centelha da pira onde ardia o fogo simbólico da independência do Brasil. A chama, denominada então de “crioula”, passou a ser cultivada em um galpão improvisado no pátio do colégio até o dia 20 de setembro daquele ano – data lembrada como o início da revolta do Rio Grande do Sul contra o Império do Brasil em 1835. O jovem Luiz Carlos somou-se aos demais estudantes e, durante os 12 dias que precederam ao dia 20, organizou com eles uma série de festejos e atividades culturais (música, poesia, dança e culinária) de inspiração regional. Chamaram o período de Ronda Crioula e resgataram, ainda, o antigo estandarte farroupilha (Fagundes, 1995, p. 41). Permaneceram organizados e, conhecidos mais tarde como o Grupo dos Oito Pioneiros⁸ ou como “tradicionalistas históricos”, ampliaram na escola seu Departamento de Tradições Gaúchas (DTG), que foi fundado cerca de dois meses antes do episódio e se tornaria o molde para a construção, em 1948, do primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), o 35 CTG, onde empreenderam uma série de pesquisas e elaboraram uma ritualística a ser encenada e experimentada em suas dependências, estabelecendo as diretrizes do que seria mais tarde o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Instituição congregadora dos diversos CTGs, fundada

⁸ São, na verdade, dez pioneiros, a contar o ingresso de Lessa e Glaucus Saraiva: João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes, Antônio João de Sá Siqueira, Cilço Araújo Campos, Ciro Dias da Costa, Cyro Dutra Ferreira, Fernando Machado Vieira, João Machado Vieira, Orlando Jorge Degrazia, Glaucus Saraiva e Luiz Carlos Barbosa Lessa.

em 1966, o MTG é responsável hoje pela difusão e regulamentação do tradicionalismo no Rio Grande do Sul e no mundo.⁹

Essa história também será a de Barbosa Lessa. No presente trabalho, acompanharemos sua vida e, principalmente, seus escritos para acessar alguns dos rumos e das estratégias do projeto tradicionalista. Sua mãe, dona Alda Barbosa, era filha da elite agrária da região sul do Estado; seu pai, Dr. Luiz de Oliveira Lessa, um médico de classe média graduado no Rio de Janeiro, oriundo de família de agricultores de Canguçu (RS). Eles decidiram morar em uma pequena chácara nos arredores da cidade de Piratini (RS). Criado próximo das lidas rurais, Barbosa Lessa fora iniciado nas letras pela própria mãe, que também o introduziu em teoria musical, piano e datilografia. Coursou o antigo ensino ginásial na cidade de Pelotas, onde escrevia, no jornal do Ginásio Gonzaga, contos de cunho regionalista¹⁰ e onde fundou o conjunto musical Os Minuanos. Em 1945, como já sabemos, partira para a capital. Três anos depois, Barbosa Lessa ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, colando grau em 1953. De 1950 a 1952, empreendeu com João Carlos Paixão Côrtes uma série de pesquisas folclóricas que visavam reconstituir as danças populares do interior do Estado, sob a tutela da Comissão Gaúcha ou Comissão Estadual de Folclore (CEF); esforço que se cristalizou no didático livro *Manual de danças gaúchas* (1956) e no LP *Danças gaúchas*,

⁹ Atualmente, existem CTGs em todo o Brasil, com MTGs em Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, além de uma Confederação Paulista de Tradições e de centros em outros países, como EUA e Japão.

¹⁰ Fazem-se necessários alguns esclarecimentos sobre o emprego do termo “regionalismo” e seus derivados. Primeiro, não se trata aqui do movimento político regionalista – caracterizado por Joseph Love (1975) – que historicamente reivindicou autonomia em relação ao centro do país. Trabalho com o regionalismo em sua *acepção estética e literária*, preconizada pelos primórdios da literatura sul-rio-grandense e retomada com vigor no meio intelectual local a partir da década de 1920, imbuído da renovação modernista. Gilda Bittencourt (1999, p. 21-22) aponta a existência de quatro regionalismos na literatura sul-rio-grandense: “[...] um romântico, que idealizou o herói gaúcho e o passado guerreiro; um tradicional, de cunho real/naturalista, que fixou as transformações da sociedade campeira e o desaparecimento do antigo gaúcho; um que se propôs a transformar a tradição sob o influxo do modernismo com base no modelo de Simões Lopes Neto; e um regionalismo que podemos chamar de crítico ou social, na medida em que denunciou a desestruturação da sociedade campeira e a proletarização do gaúcho”. Todos, no entanto, tomam como centro a figura do gaúcho e a figuração da campanha como espaço ficcional.

gravado pela cantora paulista Inezita Barroso. Em 1953, passou a residir na capital paulista, onde iniciou curso de pós-graduação na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), trabalhou como produtor de cinema e televisão e escreveu para diversos jornais. Foi um dos organizadores (mesmo à distância) do I Congresso Tradicionalista Gaúcho, realizado, em 1954, na cidade de Santa Maria, no qual se estruturou o movimento e onde Lessa apresentou a tese de fundo sociológico *O sentido e o valor do tradicionalismo*. Em 1956, montou o Grupo Folclórico Brasileiro (GFB), grupo teatral que percorreu o País, encenando peças de cunho folclórico e divulgando danças e costumes ditos “gauchescos”. No final dos anos 1950, empreendeu pesquisas de campo pelo interior de São Paulo e viagens ao Amazonas, em razão do ingresso na Comissão Paulista de Folclore (CPF). Na década seguinte, ingressou no ramo da publicidade. Voltou a Porto Alegre, em 1974, já especialista em Comunicação Social. Ingressou nos quadros da Academia Rio-Grandense de Letras (ARL) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Foi nomeado secretário estadual da cultura em 1980, durante a administração de Amaral de Souza, ex-colega da Faculdade de Direito, quando idealizou o centro cultural que se transformaria na Casa de Cultura Mário Quintana. Aposentou-se, em 1987, como jornalista e passou os últimos anos de sua vida em uma reserva ecológica do município gaúcho de Camaquã, com sua esposa Nilza. Faleceu no ano de 2002. Segundo a historiadora Letícia Nedel (2005, p. 518), Lessa é considerado o mentor e o maior intelectual do tradicionalismo gaúcho.¹¹

O objetivo aqui é construir uma *biografia histórico-intelectual* de Barbosa Lessa, na qual buscarei aliar análises de três registros de realidade, como veremos em “A poética da tradição e outras notas

¹¹ Grande parte desses marcos biográficos é também apontada retrospectivamente pelo meio editorial e intelectual porto-alegrense e pelo próprio autor. Penso, para o primeiro caso, no caderno especial do Instituto Estadual do Livro (Rio Grande do Sul, 2000); para o segundo caso, lembro a coletânea epistolar do autor, publicada como uma espécie de “livro de memórias a partir da correspondência” (Barbosa Lessa, 2005b). Discutirei a elaboração desses marcos pelo autor nas considerações finais deste trabalho. Outras informações, como a participação nas academias tradicionais e o ingresso na ELSP de São Paulo foram obtidas em documentos variados encontrados no Acervo Barbosa Lessa, abrigado no Forte Zeca Neto, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Camaquã.

teóricas”: indivíduo, obra e sociedade. O foco, no entanto, recai sobre o segundo aspecto. Procurarei examinar por meio de sua produção intelectual o processo de (re)construção da figura do gaúcho, da identidade regional do Estado e da ritualística tradicionalista associada a esses elementos. Por ter sido um dos protagonistas desse processo, cuja obra marcou tanto o movimento tradicionalista quanto o meio intelectual regionalista vindouro no Rio Grande do Sul,¹² a análise de seus textos se mostra um instrumento privilegiado para captar a dinâmica da fabricação da identidade gaúcha e pode ajudar a compreender a relação entre o “ser gaúcho” e o “ser brasileiro”, ao evidenciar o diálogo entre *região* e *nação* no período. O título deste trabalho, *O centauro e a pena*, é uma metáfora que sintetiza sua preocupação e seus objetivos: compreender a relação entre o trabalho intelectual do referido autor e a construção de um tipo social específico, o gaúcho;¹³ e verificar como esse trabalho possibilitou a união de uma cultura letrada e urbana com outra rural, popular e de base oral. Podemos considerar Barbosa Lessa também como uma síntese dessa relação: ele era “o gaúcho”, vindo do interior, apegado aos valores campeiros, mas também “o literato”, intelectual reconhecido, advogado e jornalista, um exemplo de profissional liberal urbano.

O estudo aqui proposto se justifica, em primeiro lugar, em virtude do grande alcance atingido pelo tradicionalismo enquanto fenômeno social e cultural do século XX e pelas instituições nele baseadas, como os CTGs (que extrapolam as fronteiras brasileiras) e o próprio MTG. Estudar a obra e a trajetória intelectual de um de seus fundadores e principais expoentes intelectuais e políticos pode ajudar a compreender como essa história emerge no cenário brasileiro e mundial, e o vigor com que avança sobre o século XXI. Não tenho a pretensão (nem a ingenuidade) de explicar o tradicionalismo, bem

¹² O reconhecimento da contribuição de Lessa à literatura regionalista estaria impresso, segundo Léa Masina (2002, p. 98-99), na sua escolha pela Câmara Rio-Grandense do Livro para patrono da 46.^a Feira do Livro de Porto Alegre no ano de 2000.

¹³ O centauro é uma figura adotada pelo próprio gauchismo; meio homem, meio cavalo, simboliza a simbiose do peão e do animal na *pampa gaúcha*, expressando um arquétipo utilizado pela literatura especializada desde o século XIX: o “gaúcho a cavalo”.

como o gauchismo¹⁴ contemporâneo pela sua origem, como se a configuração atual do movimento estivesse completamente determinada no seu nascer. Ao contrário, a análise da vida e da produção intelectual de Barbosa Lessa nos auxilia a acompanhar a dinâmica de elaboração, transformação e cristalização de valores sobre os quais o tradicionalismo se assentou (ou buscou assentar-se) e, assim, ajuda a compreender tanto a identificação com o fenômeno quanto a aceitação e o crescimento do movimento.

Segundo, de acordo com levantamento bibliográfico realizado,¹⁵ não há pesquisas específicas na área de História acerca do personagem, bem como ainda existem poucos estudos históricos sobre o gauchismo/tradicionalismo. Outras disciplinas, como a Antropologia Cultural e a Crítica Literária, têm explorado o tema com bastante propriedade, mas dentro de seus parâmetros e diretrizes epistemológicas. Acredito que os historiadores possam cumprir um importante papel na interpretação do objeto, pois possuem um olhar peculiar, treinado para a análise do movimento e atento às condições históricas de cada período. Não pretendo dizer com isso que a preocupação com a diacronia seja exclusividade da História, mas sim que, dentro dos parâmetros pelos quais as disciplinas científicas se constituíram, esses são problemas que têm especialmente balizado e provocado tal campo de conhecimento.¹⁶ Essa

¹⁴ As considerações acerca desses termos serão feitas adiante. Por ora, saliento que compreendo “tradicionalismo” como um fenômeno cultural, forma específica de gauchismo, ritualizada e atualizada na vivência do CTG, e também como um movimento sociocultural que preconiza e fomenta essa espécie de gauchismo. Ao longo desta exposição, utilizarei os termos “tradicionalismo” e “movimento tradicionalista” com letras minúsculas para diferenciar tal fenômeno da instituição Movimento Tradicionalista Gaúcho, fundada, como vimos, em 1966.

¹⁵ Busco, ao longo de todo o trabalho, dialogar com tal bibliografia, o que me permite – acredito – abrir mão, nesta breve introdução, daquela enunciação sistemática de textos tão comumente efetivada em trabalhos acadêmicos.

¹⁶ Sempre é válido lembrar a clássica definição de História como “a ciência dos homens no tempo”, do fundador dos *Annales* Marc Bloch (2001, p. 55): “O historiador não apenas pensa ‘humano’. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e vivida, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade”.

“bagagem disciplinar” pode mostrar-se, então, bastante rica para a análise do fenômeno antes exposto.¹⁷

* * *

Além dos objetivos gerais já citados, em cada parte do livro buscarei responder a problemas específicos. A disposição dos capítulos segue, portanto, uma ordem temática. A “liga” que dá unidade ao trabalho é o projeto intelectual de Barbosa Lessa. A estrutura da narrativa acompanha as preocupações teóricas do autor, seus empreendimentos intelectuais, sua atuação no movimento tradicionalista e suas pautas políticas. Cada capítulo pretende, assim, dar conta de um momento, além de um tema, que pode, inclusive, sobrepor-se cronologicamente a outro momento. O primeiro capítulo, intitulado “A poética da tradição e outras notas teóricas”, contudo, foge dessa lógica, pois se trata de uma reflexão teórica sobre as categorias que subsidiaram a pesquisa empreendida: os conceitos de *representação*, *tradição* e *projeto*. A sua articulação permite delinear uma poética da tradição, entendendo o termo em sua acepção etimológica (*tecer*, *cerzir*, *costurar*), como antídoto ao sentido de contrafação geralmente ligado à noção de “invenção das tradições” e à fraca dicotomia entre “tradição inventada” e “tradição não inventada”. Trata-se, portanto, de texto voltado ao debate acadêmico; o leitor que quiser fugir do hermetismo incontornável desse tipo de prolegômenos pode, sem muitos prejuízos, iniciar a leitura pelo capítulo seguinte. Em “A nova face do centauro: tradição, modernidade e a atualização do regional”, pretendo mostrar que a construção do tradicionalismo e o retorno do “regional” estiveram ligados ao aprofundamento dos processos de urbanização e de intensificação das trocas culturais e econômicas do pós-guerra. Aqui, analisarei, ainda, como Barbosa Lessa (re)lê o arquétipo do “gaúcho a cavalo” constituído pela literatura precedente e suas posições nos debates entre a geração “realista” da literatura regionalista dos anos 1930 e

¹⁷ Hobsbawm (2002, p. 9-23) caracteriza a análise da “invenção de tradições” como um empreendimento interdisciplinar. Assim, não nego a importância do diálogo com as demais disciplinas; pelo contrário, busco, como ficará explícito no capítulo teórico e nos capítulos analíticos seguintes, instrumentos de análise tanto na História Social quanto na Antropologia Social, na chamada “nova” *História Cultural* e na Crítica Literária.

1940 e a produção romântica precedente. No terceiro capítulo, “A política do mito: o homem do campo e o ‘sentido’ do projeto tradicionalista de Barbosa Lessa”, mostrarei como a articulação entre as duas vertentes literárias, ufanista e “disfórica”, possibilitou a elaboração de um projeto político, baseado no gaúcho pampiano, de reivindicação de suporte estatal ao campesino sul-rio-grandense, com exigências de amparo social mescladas às de valorização cultural, o que, por sua vez, requereu a incorporação no mito de setores social e literariamente marginalizados. No quarto capítulo, “Do mito ao rito: folclore, tradição e *performance*”, procuro compreender como o mito foi materializado na ritualística do tradicionalismo. Aqui abordarei as pesquisas folclóricas realizadas por nosso personagem e por Paixão Côrtes, a construção das danças tradicionais, sua função performativa e a criação do CTG como palco físico e simbólico da tradição, além da invenção da “prenda”, a nova mulher tradicionalista. No quinto capítulo, “Pedaço(s) de pátria: a diversificação da “região” e a atualização do gaúcho mítico como políticas públicas”, analisarei a atuação de Barbosa Lessa à frente da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo (SCDT) do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1979 e 1983. Assim, buscarei cotejar sua produção escrita com as novas diretrizes de política cultural traçadas no contexto brasileiro de abertura política, procurando compreender a elaboração de seu projeto para a área no Estado. Em “Dois lados da mesma moeda? A construção da “região” mediante os discursos historiográfico e memorialista”, examinarei as representações de “Rio Grande do Sul” que emergem de seu livro de síntese sobre a formação sócio-histórica do Estado: *Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo*. Em um segundo momento, analisarei os discursos memorialistas do autor e sua função de intervenção no debate identitário local, na década de 1980, marcado pelo surgimento da dissidência estética e, em menor medida, política do nativismo musical e pelos conflitos do gauchismo como um todo com a produção universitária. Para concluir o livro, levantarei, ainda, em “‘Porteira aberta’: considerações finais”, alguns apontamentos sobre o binômio consagração/estigma na trajetória intelectual de Barbosa Lessa.